ATA Nº. 21/2012

DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE TRÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E DOZE

Ao terceiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e doze, nesta cidade de Montijo, nos Paços do Município, compareceram para a reunião ordinária, os membros desta Câmara Municipal, os Excelentíssimos Senhores: ----------

PRESIDENTE: MARIA AMÉLIA MACEDO ANTUNES (PS)

VEREADORES: JOAQUIM ANTÓNIO LOPES DA SILVA BATALHA (CDU)
LUCÍLIA MARIA SAMORENO FERRA (PPD/PSD.CDS-PP)
NUNO ALEXANDRE CABRAL FERRÃO (PPD/PSD.CDS-PP)
NUNO MIGUEL CARAMUJO RIBEIRO CANTA (PS)
MARIA CLARA OLIVEIRA SILVA (PS)
RENATO JOSÉ DINIZ GONÇALVES (PS)

Às dezassete horas e trinta minutos, com a presença da Assistente Técnica da Divisão Jurídica e de Administração Geral do Departamento da Presidência e de Administração Geral, Joaquina Maria Azevedo Barbosa, a senhora Presidente da Câmara assumiu a Presidência e ocuparam os seus lugares os respetivos membros presentes.----------

Constatada a existência de quórum, a Senhora Presidente, declarou aberto o período de

ANTES DA ORDEM DO DIA

Foi dada a palavra aos senhores Vereadores da Oposição, tendo o senhor **Vereador Joaquim Batalha**, no uso da palavra, lido a seguinte **Intervenção Política**, cujo teor abaixo se transcreve: ----------

"Os trabalhadores e o povo português têm resistido inabalavelmente, e deram uma resposta deveras importante de desagrado por estas políticas de direita que têm agravado as suas vidas e das suas famílias. ----------

A aplicação do pacto de agressão e a política do Governo PSD/PSD tem acentuado e aprofundado o caminho do Pais para o desastre. ----------

O que está em causa nesta política de direita e que advêm das sua opções de classe, trata-se de uma política que visa essencialmente transferir riqueza para os grupos económicos e financeiros nacionais e estrangeiros e aumentar a exploração sobre quem trabalha, retirar direitos sociais, aniquilar o regime democrático e pôr em causa a soberania nacional. ----------

Cada vez estamos mais dependentes do exterior, provocado pelas políticas de destruição do sector produtivo continuado com um processo desindustrialização do País, com o abandono da agricultura e pescas. ----------

Continua a redução drástica do investimento público, de penalização das micro e pequenas empresas e médias empresas e de desvalorização da procura interna. –

Está em curso o saque dos recursos nacionais em nome do pagamento da divida.

O processo de privatizações levado a cabo pelos sucessivos governos lesou i país e a economia nacional em milhares de milhões de euros, com a entrega ao grande capital do património e riqueza produtiva, encarecendo bens e serviços essenciais para a população e para a atividade económica e retirando ao Estado alavancas para a política económica, o desenvolvimento e a soberania. ----------

Hoje em termos reais existem em Portugal mais de 1 milhão e 250 mil desempregados, sendo que grande parte deles não tem acesso ao subsídio de desemprego. ----------

Perspetiva-se a continuação da ofensiva de baixa de valor dos salários, seja pelo aumento dos desempregados sem subsídios, pelos programas do governo que incentivam e apoiam a contratação por baixos valores, pela violação dos acordos coletivos, pela facilitação dos despedimentos e da precariedade. ----------

Continua a manutenção de um valor muito baixo do salário mínimo nacional, por atualizar há quase dois anos, bem como os cortes nos salários dos trabalhadores da administração pública e do setor privado. ----------

Esta ofensiva atinge tanto os trabalhadores do setor público como os do setor privado, como comprovam as recentes alterações avançadas pelo Governo para a administração pública. ----------

São claros os objetivos de destruição da escola pública, do serviço nacional de saúde e do sistema público de segurança social, seja pela restrição dos recursos ou por gestão danosa do interesse público atiraram-se muitas empresas públicas para situações extremamente difíceis, procurando assim forjar justificações para a sua destruição ou privatização. ----------

O País está a empobrecer, com a miséria, o sofrimento e até à fome a atingirem milhares de famílias a quem este governo condenou ao desemprego, à entrada forçada da casa, a abdicar de consultas e tratamentos médicos ou de comprar os medicamentos, à ausência de esperança e de perspetivas, ao recurso à caridade. Tudo isto enquanto os grupos económicos ostentam fabulosos lucros à custa do

aumento da exploração e do saque do património público e nacional, como comprovam os mais de 1500milhões de euros de lucros alcançados só no primeiro trimestre deste ano, por 13 dos principais grupos económicos de base nacional, os mais de 5 mil milhões de euros entregues à banca privada, o escândalo da fuga de capitais para o estrangeiro ou a manutenção, no essencial, das taxas de rendibilidade das PPP. ----------

O Governo PSD/CDS intensificou - a partir da aplicação – uma violenta ofensiva contra os trabalhadores, o povo e o País, que se prepara para acentuar na proposta de Orçamento do Estado para 2013. Uma ofensiva que despreza os devastadores efeitos económicos e sociais das suas medidas, centrada que está em cumprir o mais rápido possível o programa de favorecimento dos grandes interesses económicos. Uma ofensiva que irá tão longe quanto possível no ataque aos direitos dos portugueses, no comprometimento do futuro de Portugal, na submissão do País aos interesses do grande capital nacional e transnacional, enquanto não for travada a derrotada pela força da luta dos trabalhadores e do povo. ----------

Os portugueses têm vindo de forma crescente a rejeitar o pacto de agressão e a política de direita do Governo. Nas mais diversas formas e locais, com destaque para a luta dos trabalhadores nas empresas e locais de trabalho, o povo português tem vindo a combater a ofensiva em curso e a defender os seus direitos. Esta luta teve ponto alto na grande Greve Geral de 22 de março – uma poderosa jornada de luta – e alargou-se nas lutas das populações e dos utentes dos serviços públicos (pelo direito à saúde, à educação, ao acesso à justiça, à mobilidade e transportes), de combate à extinção das freguesias e em defesa do poder local. ----------

Uma luta que recrudesceu nos meses de verão, quando milhares de trabalhadores em centenas de empresas e locais de trabalho – combatendo e muitas vezes derrotando a tentativa do patronato em aproveitar as alterações ao Código de Trabalho e defendendo os seus postos de trabalho – ou com as fortes ações de luta dos trabalhadores da administração e do setor público.----------

Uma luta que convergiu em enormes ações, com a manifestação da CGTP que em 11 de fevereiro encheu pela primeira vez este ano o Terreiro do Paço, com a expressão de indignação e protesto nas importantes mobilizações de 15 de setembro em todo o País e com a transformação daquela praça de Lisboa, no

passado sábado, dia 29 de setembro, num verdadeiro Terreiro do povo, na extraordinária manifestação convocada pela CGTP – IN. ----------

Estas lutas levaram a cada vez mais portugueses deixassem de aceitar o roubo dos seus salários, dos seus direitos, do seu futuro, como inevitável, para passar a considera-lo como inaceitável. A ideia de que é necessário travar o pacto de agressão da troica, a política de direita e o Governo que a concretiza, é hoje um sentimento profundo em amplas camadas da sociedade portuguesa. ----------

O desastre nacional em curso e a ofensiva declarada contra os interesses do País e dos portugueses exige o uso de todas as forças para travar este rumo e impor uma urgente mudança de política onde se incluem moções de censura e outros meios constitucionais. ----------

A rejeição do pacto de agressão, a derrota do Governo PSD/CDS são indispensáveis para abrir caminho a uma verdadeira mudança de política, que não se basta com a eliminação pontual de medidas ou com a alteração da forma como são apresentadas ou aplicadas. ----------

É hoje evidente que o País não aguenta mais da mesma política. Está hoje claro que só com uma política patriótica e de esquerda o País pode inverter o rumo de desastre em que se encontra. ----------

Uma política que parta da renegociação da dívida – nos seus prazos, juros e montantes – para garantir que os encargos anuais, da sua parte legítima, são compatíveis com as necessidades e possibilidades do País e que desta forma permita canalizar recursos para fomentar o crescimento económico e o desenvolvimento. ----------

Uma política que defenda e aumente a produção nacional, como eixo central e decisivo da recuperação económica do País, do combate aos desequilíbrios estruturais e da criação de emprego. ----------

Uma política que dê à criação de emprego com direitos – defendendo e repondo os direitos e salários entretanto roubados – e que aposte na melhoria dos salários, das pensões, das reformas e que valorize as prestações sociais, contribuindo assim para a melhoria das condições de vida do povo, mas também para a dinamização da nossa economia. ----------

Uma política que, no plano fiscal, tribute efetivamente quem tem muito – os lucros dos grupos económicos, as atividades especulativas ou as transações financeiras – que combata a fraude e a evasão fiscal e ao mesmo tempo alivie os rendimentos do trabalho e das pequenas empresas. ----------

Uma política que trave e reverta o processo de privatizações e que recupere para o Estado o controlo dos setores estratégicos da economia e os serviços públicos essenciais. ----------

Uma política que garanta o direito à educação, à saúde, à segurança social, à

justiça, salvaguardando o carácter público dos seus serviços e eliminando as restrições de acesso por razões económicas. ----------
Uma política que garanta o direito à habitação, com medidas para a sua promoção, rejeitando a nova "lei dos despejos" e travando a perda de casa própria para os bancos. ----------
Uma política que combata as assimetrias regionais e que promova um desenvolvimento harmonioso do território. Que respeite o poder local democrático e o seu papel junto das populações. ----------
Uma política que defenda a soberania nacional e os interesses do País, designadamente face à União Europeia. ----------
Uma política patriótica e de esquerda, que retome os valores de abril e dê corpo ao projeto de progresso que a Constituição consagra." ----------

O senhor **Vereador Nuno Ferrão**, no uso da palavra, questionou a cerca de um email de um munícipe do Esteval, em que este se queixava do espaço envolvente a um Ecoponto no Esteval (próximo das lojas propriedade da Câmara), pois o mesmo tornou-se numa lixeira e numa mata onde se descarrega entulho. ----------
Indagou o senhor Vereador Nuno Ferrão, o que o Município pensa fazer no caso em apreço. ----------
Em relação aos espaços verdes e jardins, o senhor Vereador Nuno Ferrão salientou que muitos não são cuidados há várias semanas ou mesmo meses, demonstrando um aspeto de abandono e desleixo. Como exemplo, salientou o Jardim do Saldanha, a Praceta Cidade de Braga, a Praceta Dr. Cesar Ventura e os espaços verdes que ladeiam o tribunal. ----------

A senhora **Presidente da Câmara Municipal**, em resposta às questões suscitadas, disse: "Relativamente aos jardins, houve o período das férias, o que atraso um pouco a manutenção dos jardins e não tivemos oportunidade de desenvolver o procedimento para o tratamento dos espaços verdes, para a freguesia do Afonsoeiro. Assim, tivemos que repartir os funcionários, também por aquela zona, o que levou a que alguns espaços não fossem devidamente tratados, como habitualmente costumavam estar. ----------
Pensamos que dentro de dois meses a situação se recomponha e que possamos manter os níveis de cuidado do espaço público que sempre tivemos. ----------
Sobre os ecopontos, desconheço a situação, mas vou averiguar o que se passa." --

O senhor **Vereador Nuno Ribeiro Canta**, no uso da palavra disse: "Durante o período do verão tivemos muitas dificuldades operacionais, o fato deste procedimento não ter avançado também prejudicou muito e o procedimento não avançou porque a Lei nº 8/2012 a Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso, não permite cabimento orçamental. ----------
Também tivemos alguns trabalhadores que entraram em idade de reforma, temos neste momento 23 jardineiros operacionais. ----------
Na cidade do Montijo temos cerca de 50 ha de espaços verdes, e na ótica de uma excelente produtividade seria 1 jardineiro poe ha e como só temos metade dos jardineiros que desejaríamos, não conseguimos ir mensalmente a todos os espaços públicos. Neste momento estamos a ir de 2 em 2 meses, o que origina a relva muito elevada. ----------
Quanto à questão dos ecopontos que colocou, são ecopontos de resíduos sólidos, que são geridos pela Amarsul, não são geridos diretamente pela Câmara Municipal do Montijo. A Amarsul tem vindo a reduzir significativamente as frequências de recolha e temos relatado isso à Amarsul. ----------
Amanhã, entrarei em contato com a empresa, para que este espaço seja limpo." -

O senhor **Vereador Nuno Ribeiro Canta**, no uso da palavra prestou a seguinte informação: "Decorreu, no passado dia 22 de setembro, na cidade do Montijo mais uma iniciativa de sensibilização ambiental do Dia Europeu Sem Carros, ação que pretende alertar para os problemas da mobilidade nas sociedades modernas: A mobilidade é um dos aspetos do conceito de sustentabilidade e é determinante para assegurar a melhoria da qualidade de vida urbana. ----------
Nos últimos anos, a cidade do Montijo tem desenvolvido uma política de mobilidade, assente na prioridade aos transportes públicos e na mobilidade sustentável. A Câmara tem concretizado diversas soluções para enfrentar os desafios ambientais com que a cidade se depara, como a poluição do ar, o ruído e o congestionamento e, ao mesmo tempo, procurámos estimular a mudança de comportamento para soluções mais sustentáveis. ----------
Desde a primeira iniciativa do Dia Europeu Sem Carros que, através da sensibilização das pessoas para os desafios da mobilidade, temos promovido medidas de carácter permanente na cidade, são exemplo, a rede de ciclovias com mais de 9 Km de extensão, os 50 há de áreas verdes para remoção dos poluentes atmosféricos, as ruas de trânsito em sentido único e as ruas e praças pedonais da baixa comercial. Note-se que, na base da estratégia política para a mobilidade sustentável no Montijo está a promoção da bicicleta e dos modos suaves de transporte, bem como os benefícios ambientais na redução da poluição, do ruído e do consumo de combustíveis fósseis. ----------

Em tempo de crise, num momento fundamental para formular políticas de apoio à mobilidade dos cidadãos de menores recursos, assistimos a uma persistência no aumento dos preços, procura-se reduzir a oferta de transportes, como foi exemplo da proposta do Governo para retirar as carreiras fluviais do Cais do Seixalinho, diminuíram-se os apoios e comparticipações aos passes sociais e existe uma gritante falta de articulação entre os diferentes modos de transporte na Área Metropolitana de Lisboa, portanto toda a política nacional de transportes está em contracorrente com os objetivos do Dia Europeu Sem Carros. ----------
Em 2012, a iniciativa do Dia Europeu Sem Carros no Montijo foi assinalada pela exposição de veículos elétricos na Praça da República e, ainda, pela Campanha Ecotrocas, na qual os municípios podiam trocar lixo reciclável por bilhetes das carreiras urbanas do operador, transportes Sul do Tejo. ----------
Tendo presente os objetivos da estratégia de mobilidade, o assinalar do Dia Europeu Sem Carros pelo Montijo, pretende lançar o debate sobre as formas alternativas de mobilidade, que permitam reconciliar os transportes com o desenvolvimento sustentável, nomeadamente, dando prioridade aos transportes públicos e modos alternativos de transporte não poluentes e, ainda, motivar os montijenses para a alteração de comportamentos e mentalidade." ----------

A senhora **Vereadora Clara Silva**, no uso da palavra prestou a seguinte informação: "O Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis, distinguiu pelo 3.º ano consecutivo a Autarquia do Montijo como uma das mais familiarmente responsáveis. ----------
A Associação Portuguesa de Famílias Numerosas criou em 2007 um observatório das autarquias familiarmente responsáveis com o objetivo de por um lado, avaliar as autarquias na sua relação com os trabalhadores, facilitando a conciliação da vida familiar com a profissional e por outro na criação de medidas facilitadoras da vida familiar dos munícipes, de acordo com um quadro de referência de medidas. ----------
A Câmara Municipal de Montijo entende que as políticas públicas, tem de estar ao serviço das famílias. Através da Divisão de Solidariedade e Promoção da Saúde coordenou ações na área de formação e aconselhamento parental, apoio jurídico, apoio a famílias com fragilidade social, aconselhamento familiar em situações de crise, apoio a famílias imigrantes, realizou obras e pequenos arranjos no domicílio

de famílias com fragilidade social, dinamizou o programa "Saudável 65", abriu uma loja social. ----------

Na área da Educação disponibiliza transportes escolares, refeições escolares, de acordo com o sistema de Gestão de Segurança Alimentar, possui um banco de manuais escolares, atribui anualmente as Bolsas de Estudo "Cidade de Montijo" a alunos de Ensino Secundário e Superior, disponibiliza serviços de apoio à família no ensino pré-escolar e atividades de enriquecimento curricular, no 1º. Ciclo.

No 1.º ciclo, disponibiliza equipamento para as Associações e clubes que desenvolvem atividades nas férias escolares, o Projeto "Tu Kontas" disponibiliza programa de férias gratuito com atividades lúdicas e recreativas, no âmbito do desenvolvimento e melhoria das componentes sociais e pessoais dos jovens.

Ainda na área de Educação desenvolve um serviço de psicologia para a Educação cuja intervenção visa contribuir para a deteção precoce de dificuldades de base, de ritmos diferentes de aprendizagem ou de outras necessidades das crianças e assim o desenvolver o bem-estar psicológico, físico e social. ----------

A autarquia de Montijo investiu na criação de novos lugares em estabelecimentos de ensino básico e de jardim-de-infância, tendo neste momento uma taxa de cobertura na rede pública de 107,7% e 60%, respetivamente.

Desenvolve uma política formal de incentivo à aprendizagem ao longo da vida para os munícipes sendo exemplos, "A Universidade Sénior" e o "Centro de Saberes". ----------

Saliente-se ainda, o Cartão Jovem Municipal e o Cartão do Idoso, as cerca de 500 habitações sociais, a rede de ciclovias e Praças interligadas facilitadoras de uma cultura urbana de sustentabilidade e de mobilidade. ----------

Na autarquia existe uma cultura de conciliação entre o trabalho e a família, permitindo compatibilizar os interesses do trabalhador com o interesse da Autarquia. ----------

O projeto "Bola de neve" permitiu desenvolver durante o ano transato um conjunto de ações de formação e sensibilização sobre temáticas associadas à vivência da maternidade e paternidade para o universo dos trabalhadores da autarquia. ----------

Na Câmara do Montijo 63% dos trabalhadores são mulheres e existe uma cultura de conciliação entre o horário laboral e a vida familiar permitindo às famílias apoiarem os seus descendentes e ascendentes. ----------

A adoção de politicas sociais de família, para todas as famílias e, de política assistencial para famílias de menores recursos que a Câmara do Montijo, tem vindo e desenvolver junto da população e no interior da organização são essenciais para o desenvolvimento sustentável do concelho e distinguidas pelo

3.º ano consecutivo com uma bandeira de Autarquia mais Familiarmente Responsável." ----------

Foi presente a **Ata número 19**, referente à Reunião de Câmara Ordinária de **19 de setembro de 2012**, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. ----------

A senhora **Presidente da Câmara** deu conhecimento dos Despachos proferidos ao abrigo das competências que lhe foram delegadas relativamente ao pelouro de que é titular no período compreendido **entre 17 e 28 de setembro de 2012**: Licenças Administrativas: 8; Alterações: 2; Comunicações Prévias: 2 e Loteamentos: 1. ----------

O senhor **Vereador Nuno Canta** apresentou os Despachos proferidos ao abrigo das competências que lhe foram delegadas ou subdelegadas, nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas dos artigos 65º, nº. 3 e 69º, nº. 3 da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro, cuja relação se encontra no maço dos documentos respeitantes a esta reunião.----------

Em seguida procedeu-se à apreciação e deliberação dos assuntos referentes ao período de: ----------

ORDEM DO DIA

<u>I – DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO</u>

1– PROPOSTA N.º 842/12 – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO DE VISTORIA E NOTIFICAÇÃO AO PROPRIETÁRIO – PROCESSO PO-08/12 – Na sequência do meu despacho de 03/08/2012 a Comissão de Vistorias, nomeada por deliberação camarária de 18/05/11, procedeu à vistoria do imóvel sito na Praça da República nº 70,71,72 e 73, em Montijo, de que é proprietário o Senhor Paulo Jorge Santos Futre, conforme auto que se anexa e que aqui se dá por integralmente reproduzido. ----------

Tendo sido notificado o proprietário, nos termos dos artºs 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, para audiência prévia, não apresentou qualquer alegação. ----------

Considerando que compete à Câmara Municipal, ao abrigo do disposto nos artºs. 89º. e 90º. do D.L. n.º. 555/99 de 16/12, na redação conferida pelo D. L. n.º 26/10 de 30/03, ordenar, precedendo vistoria, a reparação e beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde e segurança das pessoas e bens. ----------

PROPONHO: 1. Que a Câmara Municipal delibere homologar o Auto de Vistoria, realizada ao abrigo dos normativos legais supracitados, determinando por consequência a execução das obras que se reputam necessárias, no prazo nele indicado. 2. Que a presente deliberação, bem como o Auto de Vistoria a ela apenso, sejam notificados ao proprietário. (Proposta subscrita pela senhora Vereadora Clara Silva) ----------

Deliberação: Aprovada por Unanimidade. ----------

II – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

1 – PROPOSTA N.º 843/12 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS POETA JOAQUIM SERRA PARA PAGAMENTO DE REFEIÇÕES SERVIDAS ÀS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO NA EB DO ESTEVAL DURANTE O PERÍODO DE ABRIL A JULHO DE 2012 – Considerando que: 1. A gestão do refeitório da EB do Esteval é da responsabilidade do Ministério da Educação; 2. A competência da ação social escolar na educação pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico é da responsabilidade dos municípios, os quais têm que suportar na íntegra o valor das refeições dos alunos integrados no escalão A e em 50% o valor das refeições dos alunos integrados no escalão B; 3. Conforme estabelecido no artigo 20º do Decreto-Lei nº55/2009 de 2 de Março, a autarquia tem de suportar ainda a diferença entre o custo da refeição e o preço pago pelos utentes nos estabelecimentos de ensino em que o fornecimento de refeições seja concessionado a empresas de restauração coletiva; 4. Para o ano letivo 2011/2012, o valor da diferença acima referida foi fixado em 0.22 € pelo anexo I do Despacho 12284/2011 de 19 de Setembro. ----------

PROPONHO a V. Exas. a atribuição de um subsídio ao Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra, no valor de **2.235,37 €** (dois mil duzentos e trinta e cinco euros e trinta e sete cêntimos) referente ao subsídio para fornecimento de almoços em refeitório escolar aos alunos carenciados e ao pagamento do suplemento de 0,22€ por refeição fornecida a todas as crianças dos dois referidos níveis de ensino, no período compreendido entre abril e julho de 2012. ----------

(Proposta subscrita pela senhora Vereadora Clara Silva) ----------

Deliberação: Aprovada por Unanimidade. ----------

2 – PROPOSTA N.º 844/12 – FIXAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE VALORES DO SUBSÍDIO ANUAL PARA LIVROS E MATERIAL ESCOLAR PARA ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO ECONOMICAMENTE CARENCIADOS (ESCALÕES DE CAPITAÇÃO A E B) NO ANO LETIVO 2012/2013 – Os auxílios económicos constituem uma modalidade de apoio socioeducativo destinada aos alunos inseridos em agregados familiares cuja situação económica determina a necessidade de comparticipações para fazer face a um conjunto de encargos relacionados com o prosseguimento da escolaridade, entre os quais se incluem os encargos com a aquisição de livros e outro material escolar. ----------

Considerando que: 1. No Despacho nº 11886-A/2012 de 7 de setembro são fixados os seguintes valores mínimos de comparticipação na aquisição de livros e de material escolar para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico: ----------

Escalão	*Capitação*	*Comparticipação mínima*		
		Livros		*Material Escolar*
		1.º e 2.º anos	*3.º e 4.º anos*	
A	Escalão 1 do abono de família	26,60€	32,80€	13€
B	Escalão 2 do abono de família	13,30€	16,40€	6,5€

2.No âmbito das suas atribuições em matéria de Ação Escolar, os Municípios têm competência para aumentar os valores constantes na tabela anterior. ----------

PROPONHO a V. Exas. que os valores do subsídio anual para livros e material escolar a atribuir aos alunos economicamente carenciados do 1º ciclo do ensino básico que frequentarão estabelecimentos de ensino no concelho de Montijo no ano letivo 2012/2013 sejam os que se apresentam na tabela seguinte, mantendo-se assim inalterados relativamente aos valores de subsídio aprovados por esta Câmara Municipal para o ano letivo 2011/2012: ----------

Escalão	*Capitação*	*Valor do subsídio a atribuir no ano 2012/2013*		
		Livros		*Material Escolar*
		1.º e 2.º anos	*3.º e 4.º anos*	
A	Escalão 1 do abono de família	32,80€	32,80€	13€
B	Escalão 2 do abono de família	16,40€	16,40€	6,5€

De acordo com estes valores e com as Normas Orientadoras do Estudo Socioeconómico da população pré-escolar e escolar do 1º ciclo, aprovadas em Reunião de Câmara de 25.01.2012, **PROPONHO** igualmente que os valores de auxílios económicos para livros e material escolar a conceder, de imediato, a cada Agrupamento de Escolas sejam os que se apresentam no quadro seguinte: ---------

Agrupamentos de Escolas	Valor a atribuir
Agrupamento de Escolas do Montijo	10 900,40€
Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra	8 747,80€
Agrupamento de Escolas de Pegões, Canha e Santo Isidro	3 274,70€

Os referidos valores foram determinados com base no número de crianças socioeconomicamente carenciadas existentes em cada estabelecimento de ensino, após análise dos boletins de candidatura a apoio socioeconómico para o ano letivo de 2012/2013 entregues em 1ª fase. (Proposta subscrita pela senhora Vereadora Clara Silva) ----------

Deliberação: Aprovada por Unanimidade. ----------

Finda a Ordem de Trabalhos, foi a sessão suspensa pelas dezoito horas e cinquenta minutos. ----------

Pelas dezanove horas foi retomada a sessão para dar início à intervenção do público, previsto pelo artigo 84º, nºs. 6 e 7 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, não havendo nenhum munícipe para intervir, foi encerrada a reunião.----------

Todas as deliberações tomadas foram aprovadas em minuta nos termos e para os efeitos previstos nos números 3 e 4 do artigo 27º do Código do Procedimento Administrativo. ----------

E não havendo mais nada a tratar foi pela senhora Presidente encerrada a reunião pelas dezanove horas e dois minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada. ----------

E eu, Joaquina Maria Azevedo Barbosa, , Assistente Técnica da Divisão Jurídica e de Administração Geral do Departamento da Presidência e de Administração Geral, a escrevi e assino.----------

A Presidente da Câmara Municipal

Maria Amélia Antunes

Maria Amélia Antunes

NOTA: A presente ata foi elaborada em conformidade com o novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa já em vigor.